

ANÁLISE DO PAPEL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NA MANUTENÇÃO DE TERRITORIALIDADES DA PESCA EM COMUNIDADES DA TERRA DO MEIO - PARÁ

ANALYSIS OF THE ROLE OF EXTRACTIVIST RESERVES IN THE MAINTENANCE OF FISHING TERRITORIALITIES IN COMMUNITIES IN TERRA DO MEIO - PARÁ

ANÁLISIS DEL PAPEL DE LAS RESERVAS EXTRACTIVAS EN EL MANTENIMIENTO DE TERRITORIALIDADES PESQUERAS EN COMUNIDADES DE TERRA DO MEIO - PARÁ

Carlé, Guilherme

De Paula, Cristiano Quaresma

RESUMO

O mosaico da Terra do Meio (TdM) abriga populações tradicionais que dependem da extração de recursos da floresta e da pesca para suprir suas necessidades. Este estudo explora a dinâmica das comunidades locais, destacando a importância da pesca artesanal e o papel das Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável na manutenção da territorialidade da pesca. O mosaico da TdM abrange parte de três municípios do Pará, o mosaico é um conjunto de UC sendo três delas Reservas Extrativistas (RESEX) que foram demarcadas até 2010 com o objetivo de proteger o território e seus recursos, enquanto também asseguram a presença de populações tradicionais. A pesquisa analisou os Planos de Manejo (PM) das três RESEX da TdM. O objetivo foi identificar avanços e desafios relacionados à pesca e à territorialidade das comunidades ribeirinhas. A implementação de áreas de UC, acarretou numa diminuição imediata das pressões externas, entretanto os avanços dessas atividades ainda persistem. Este estudo não apenas denuncia os conflitos ambientais enfrentados pelas populações tradicionais, mas também serve como alerta à sociedade sobre os desafios enfrentados pelos habitantes das UC. Além disso, contribui para uma geografia ambiental mais abrangente, aumentando a compreensão dos impactos da implementação das UC nas comunidades ribeirinhas.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal. Unidade de Conservação. Terra do Meio. Territorialidade.

ABSTRACT

The Terra do Meio mosaic (TdM) is home to traditional populations that depend on the extraction of forest resources and fishing to meet their needs. This study explores the dynamics of local communities, highlighting the importance of artisanal fishing and the role of sustainable use Conservation Units (UC) in maintaining fishing territoriality. The TdM mosaic covers part of three municipalities in Pará, the mosaic is a set of UC, three of which are Extractive Reserves (RESEX) that were demarcated until 2010 to protect the territory and its resources, while also ensuring the presence of population traditional. The research analyzed the Management Plans (PM) of TdM's three RESEX. The objective was to identify advances and challenges related to fishing and the territoriality of riverside communities. The implementation of UC areas resulted in an immediate reduction in external pressures, however, advances in these activities persist. This study not only denounces the environmental conflicts faced by traditional populations but also serves as a warning to society about the challenges faced by the inhabitants of UC. Furthermore, it contributes to a more comprehensive environmental geography, increasing understanding of the impacts of the implementation of UC on riverside communities.

Keywords: Artisanal Fishing. Conservation Unit. Terra do Meio. Territoriality.

RESUMEN

El mosaico de la Terra do Meio (TdM) alberga poblaciones tradicionales que dependen de la extracción de recursos forestales y de la pesca para satisfacer sus necesidades. Este estudio explora la dinámica de las comunidades locales, destacando la importancia de la pesca artesanal y el papel de las Unidades de Conservación (UC) de uso sostenible en el mantenimiento de la territorialidad pesquera. El mosaico TdM cubre parte de tres municipios de Pará, el mosaico es un conjunto de UC, tres de las cuales son Reservas Extractivas (RESEX) que fueron demarcadas hasta 2010 con el objetivo de proteger el territorio y sus recursos, garantizando también la presencia de poblaciones tradicionales. La investigación analizó los Planes de Manejo (PM) de las tres RESEX de TdM. El objetivo fue identificar avances y desafíos relacionados con la pesca y la territorialidad de las comunidades ribereñas. La implementación de áreas de UC resultó en una reducción

inmediata de las presiones externas, sin embargo, aún persisten avances en estas actividades. Este estudio no solamente denuncia los conflictos ambientales que enfrentan las poblaciones tradicionales, sino que también sirve como alerta a la sociedad sobre los desafíos que enfrentan los habitantes de las UC. Además, contribuye a una geografía ambiental más integral, aumentando la comprensión de los impactos de la implementación de UC en las comunidades ribereñas.

Palabras Clave: Pesca Artesanal. Unidad de Conservación. Terra do Meio. Territorialidad.

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais da região da Terra do Meio reproduzem suas vidas por meio da extração de produtos da floresta e da venda ou troca desses insumos para suprir suas necessidades exteriores. A subsistência dessas populações é garantida pela caça, com ênfase especial na prática da pesca. Torna-se, assim, necessário compreender a dinâmica das populações locais com a pesca artesanal e o papel dessa atividade na manutenção da soberania alimentar, assim como a importância das Unidades de Conservação de uso sustentável na preservação desse meio de vida.

A região conhecida como Terra do Meio está situada no estado do Pará, mas seus limites não podem ser precisamente determinados. O termo é utilizado de maneira informal ou regional, e sua definição exata depende do contexto em que é empregado. Como resultado, a "Terra do Meio" abrange uma área mais ampla do que território entre os rios Iriri e Xingu.

O mosaico da Terra do Meio é um conjunto de Unidades de Conservação, que engloba parte do município de Altamira/PA, além de porções menores dos municípios de Trairão/PA e São Félix do Xingu/PA. Esse conjunto de Unidades de Conservação teve como objetivo principal estabelecer um cinturão de proteção ao redor da região. No mosaico, encontram-se três Reservas Extrativistas (RESEX): RESEX Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, cujas demarcações ocorreram entre 2006 e 2010. Essas RESEXs foram o foco de estudo desta pesquisa.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina a nomenclatura "Unidade de Conservação" (UC) como o território delimitado, seus recursos ambientais e as populações tradicionais que ali vivem, no qual o objetivo é a "preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural" (art. 2º, II).

As unidades de conservação são divididas em duas tipificações: unidades de proteção integral, que visam preservar o território sem interferência humana, e as unidades de uso sustentável, que conciliam a conservação do local com o uso sustentável dos recursos pelas comunidades tradicionais.

O SNUC determina ainda que toda Unidade de Conservação (UC) tenha obrigatoriamente um documento que organize o manejo do território, o Plano de Manejo (PM). Propõe que seja elaborado de forma democrática com a população que reside no território demarcado, com o auxílio de técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sobretudo, esse documento serve como um mecanismo para manifestar as necessidades das comunidades que residem nas Unidades de Conservação de uso sustentável. Como base para esta pesquisa, foram utilizados os Planos de Manejo das três Reservas Extrativistas localizadas na Terra do Meio.

As unidades de conservação de proteção integral, são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio da Vida Silvestre e Monumento Natural. E as unidades de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

MOSAICO DA TERRA DO MEIO (TDM)

O mosaico encontra-se inteiramente no interior da bacia hidrográfica do rio Xingu, a região é denominada médio Xingu justamente por estar na porção central da extensão do rio, entre a nascente no Planalto dos Guimarães em Mato Grosso até o seu deságue no rio Amazonas. Nesse território existem diversos igarapés e afluentes do rio Xingu, como o Iriri, Curuá e o Riozinho do Anfrísio. Essa região possui cerca de trinta áreas protegidas, entre Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Unidades de

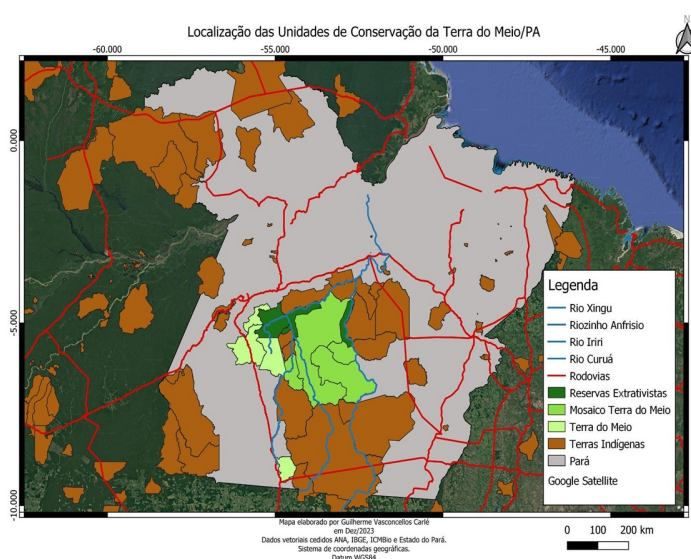
inmediata de las presiones externas, sin embargo, aún persisten avances en estas actividades. Este estudio no solamente denuncia los conflictos ambientales que enfrentan las poblaciones tradicionales, sino que también sirve como alerta a la sociedad sobre los desafíos que enfrentan los habitantes de las UC. Además, contribuye a una geografía ambiental más integral, aumentando la comprensión de los impactos de la implementación de UC en las comunidades ribereñas.

Palabras Clave: Pesca Artesanal. Unidad de Conservación. Terra do Meio. Territorialidad.

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais da região da Terra do Meio reproduzem suas vidas por meio da extração de produtos da floresta e da venda ou troca desses insumos para suprir suas necessidades exteriores. A subsistência dessas populações é garantida pela caça, com ênfase especial na prática da pesca. Torna-se, assim, necessário compreender a dinâmica das populações locais com a pesca artesanal e o papel dessa atividade na manutenção da soberania alimentar, assim como a importância das Unidades de Conservação de

Figura 1: Mapa de localização da área de estudos.



Fonte: Carlé (2023).

uso sustentável na preservação desse meio de vida.

A região conhecida como Terra do Meio está situada no estado do Pará, mas seus limites não podem ser precisamente determinados. O termo é utilizado de maneira informal ou regional, e sua definição exata depende do contexto em que é empregado. Como resultado, a "Terra do Meio" abrange uma área mais ampla do que território entre os rios Iriri e Xingu.

O mosaico da Terra do Meio é um conjunto de Unidades de Conservação, que engloba parte do município de Altamira/PA, além de porções menores dos municípios de Trairão/PA e São Félix do Xingu/PA. Esse conjunto de Unidades de Conservação teve como objetivo principal estabelecer um cinturão de proteção ao redor da região. No mosaico, encontram-se três Reservas Extrativistas (RESEX): RESEX Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, cujas demarcações ocorreram entre 2006 e 2010. Essas RESEXs foram o foco de estudo desta pesquisa.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina a nomenclatura "Unidade de Conservação" (UC) como o território delimitado, seus recursos ambientais e as populações tradicionais que ali vivem, no qual o objetivo é a "preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural" (art. 2º, II).

As unidades de conservação são divididas em duas tipificações: unidades de proteção integral, que visam preservar o território sem interferência humana, e as unidades de uso sustentável, que conciliam a conservação do local com o uso sustentável dos recursos pelas comunidades tradicionais.

O SNUC determina ainda que toda Unidade de Conservação (UC) tenha obrigatoriamente um documento que organize o manejo do território, o Plano de Manejo (PM). Propõe que seja elaborado de forma democrática com a população que reside no território demarcado, com o auxílio de técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sobretudo, esse documento serve como um mecanismo para manifestar as necessidades das comunidades que residem nas Unidades de Conservação de uso sustentável. Como base para esta pesquisa, foram utilizados os Planos de Manejo das três Reservas Extrativistas localizadas na Terra do Meio.

As unidades de conservação de proteção integral, são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio da Vida Silvestre e Monumento Natural. E as unidades de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

MOSAICO DA TERRA DO MEIO (TDM)

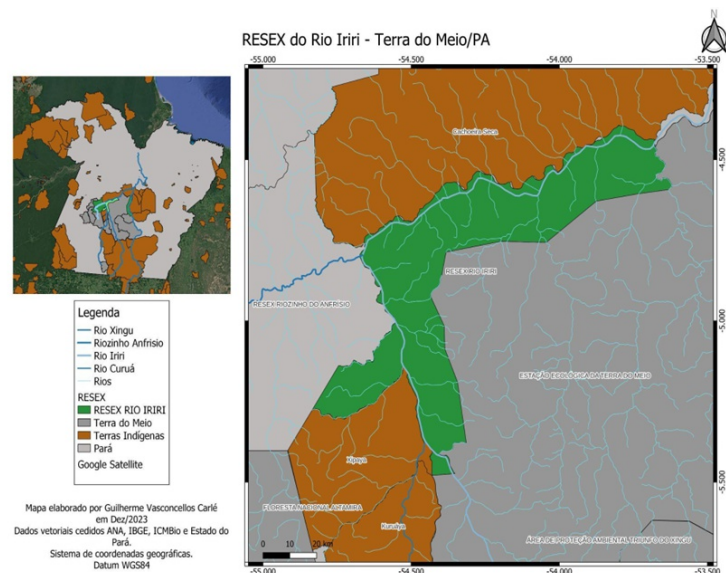
O mosaico encontra-se inteiramente no interior da bacia hidrográfica do rio Xingu, a região é denominada médio Xingu justamente por estar na porção central da extensão do rio, entre a nascente no Planalto dos Guimarães em Mato Grosso até o seu deságue no rio Amazonas. Nesse território existem diversos igarapés e afluentes do rio Xingu, como o Iriri, Curuá e o Riozinho do Anfrísio. Essa região possui cerca de trinta áreas protegidas, entre Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Unidades de Conservação Estaduais, A região representa um dos maiores blocos de conservação socioambiental do Brasil.

Historicamente a Terra do Meio caracterizou-se como parte do território brasileiro onde predomina a ausência do Estado, esse cenário favorece a presença de atividades com impacto ambiental, bem como a permanência de desigualdades sociais na comunidade local. Frente a esse contexto, a demarcação desse mosaico apresenta uma estratégia de enfrentamento à degradação ambiental e social, a fim de estabelecer as unidades de conservação como meio de ordenamento do território.

O processo de criação do mosaico foi concluído em 2002; no entanto, nos anos subsequentes, novas Unidades de Conservação foram estabelecidas e incorporadas ao mosaico, como as três Reservas Extrativistas. O intuito do mosaico era facilitar a administração das diversas UC que o compõem. No total são 7 unidades de conservação e 15 terras indígenas em toda a área que abrange a Terra do Meio e seu entorno (figura 1).

A região possui três frentes que sofrem com a pressão de atividades econômicas degradantes do ecossistema, às margens do rio Xingu com o avanço da pecuária e conseqüentemente da fronteira agrícola no

Figura 2: Mapa da RESEX do Rio Iriri.



Fonte: Carlé (2023).

município de São Félix do Xingu. O mesmo ocorre no eixo da Transamazônica na porção norte do mosaico próximo ao perímetro urbano de Altamira/PA. Porém, o avanço mais expressivo localiza-se na porção a oeste, nas imediações da rodovia Cuiabá-Santarém, nas cidades de Novo Progresso e Trairão.

A região do mosaico e seus arredores possui 11 Unidades de Conservação e 13 terras indígenas, as UC estão divididas em modelo de proteção, integral ou de uso sustentável, no qual 7 dessas pertencem ao mosaico da Terra do Meio, as de uso sustentável são: APA Triunfo do Xingu, FES do Iriri, FLONA de Altamira, FLONA do Trairão, RESEX rio Iriri, RESEX rio Xingu e RESEX do Anfrísio. As que possuem carácter de preservação integral são a EsEc da Terra do Meio, PARNA da Serra do Pardo, PARNA do Jamanxim e a REBIO Nascente Serra do Cachimbo.

As 7 UC que compõem o Mosaico da Terra do Meio são: EsEc da Terra do Meio, RESEX do Iriri, RESEX do Xingu, RESEX do Riozinho do Anfrísio, APA Triunfo do Xingu, PARNA Serra do Rio Pardo e FES do Iriri. No mosaico da Terra do Meio encontram-se 3 Terras Indígenas (TI), TI Cachoeira Seca, TI Kuruàya, e TI Xipayaya.

A Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu: localiza-se ao sul do município de Altamira/PA às margens do rio Xingu, próximo à área urbana da cidade de São Félix do Xingu. A APA faz divisa ao norte e ao sul com a estação ecológica da Terra do meio, há também ao sul a Terra indígena Kayapó. A área de proteção ambiental foi criada no contexto das demais UC que compõem o mosaico da Terra do Meio, a APA possui o carácter de uso ecológico, ou seja, permite a exploração sustentável pelas comunidades locais. A área sofre com uma variedade de pressões antrópicas devido a sua proximidade com o município de São Félix do Xingu e com a Transiriri, rodovia que oficialmente não existe e foi aberta em 1990 para escoar a produção ilegal do garimpo e das madeireiras da região (Brasil, 2010a).

A Estação ecológica da Terra do Meio: criada em 2005 com carácter de preservação ambiental integral, deu lugar a antes chamada Floresta Nacional do Xingu. A troca de nomenclatura deve-se à alteração do grupo de UC, passando de uma área de conservação de uso sustentável para uma área de preservação e proteção integral, mais restritiva quanto ao uso dos recursos pela população local. A EsEc localiza-se rodeada por outras UC que compõem o mosaico da Terra do Meio, difere-se das demais por ser de difícil acesso devido à baixa navegabilidade do rio Iriri e por não possuir estradas até o local, a Estação ecológica faz parte de um núcleo de gestão integrada com a Reserva extrativista do Rio Iriri, o Parque Nacional da Serra do Pardo, Reserva extrativista do rio Xingu e a Reserva extrativista Riozinho do Anfrísio (Brasil, 2010a).

A Floresta Estadual do Iriri foi criada pelo estado do Pará em 2006 visando o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais, é gerida pela secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (SEMAS), localiza-se ao sul da confluência dos rios Iriri e Curuá próximo à área urbana do município de Novo Progresso e da rodovia BR-163 (Brasil, 2010a).

Parque Nacional da Serra do Pardo: foi criado em 2005 no mesmo contexto das demais UCs que compõem o mosaico da Terra do Meio, o nome é dado justamente por estar sobre a Serra do rio Pardo. Localiza-se às margens do rio Xingu e é rodeada pela EsEc da Terra do meio, apesar de ser um parque nacional, ou seja, de conservação integral, não permitindo a permanência de pessoas dentro da demarcação, há populações ribeirinhas de ex-seringueiros que se mudaram para o local durante o ciclo da borracha, na década de 50, as populações que hoje moram na PARNA estão sobre um regimento específico de compromisso com a preservação do local (Brasil, 2010a).

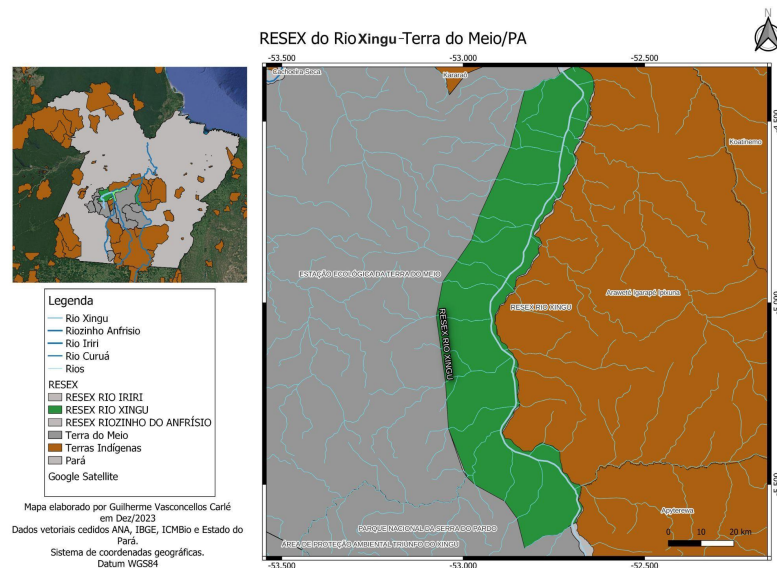
RESERVA EXTRATIVISTA RIO IRIRI

Integrante do Mosaico da Terra do Meio, a Reserva Extrativista (RESEX) situa-se nas margens do rio homônimo, entre as comunidades ribeirinhas de Entre-Rios e Santo Estêvão, ambas no município de Altamira (figura 2). A área faz parte da bacia hidrográfica do rio Xingu, sendo o rio Iriri um de seus afluentes. A unidade abrange aproximadamente 398.938 hectares ao longo do rio Iriri, estabelecendo fronteiras com a RESEX do Riozinho do Anfrísio, a Terra Indígena (TI) Xipayaya, a TI Cachoeira Seca do Rio Iriri e a Estação Ecológica (ESEC)

Terra do Meio (Brasil, 2010a).

Após a crescente reivindicação de acesso a direitos básicos pelas populações da reserva extrativista do Rio Iriri, o MMA (Ministério do Meio Ambiente) encomendou um estudo socioambiental, a partir desse estudo foi constatado a necessidade da criação de um conjunto de UCs com intuito de frear a devastação por agentes externos, e em 05 de junho de 2006 foi criada por decreto federal a Unidade de Conservação RESEX do Rio Iriri

Mapa 3: Mapa RESEX do Rio Xingu



Fonte: Carlé (2023)

junto com a recém-criada Associação de Moradores do Rio Iriri (AMORERI) assim como as demais Unidades que compõem o mosaico da Terra do Meio (Brasil, 2010a).

Desde o primeiro ciclo da borracha, houve conflito entre os seringalistas/seringueiros e indígenas, tornando a atividade de extração do látex perigosa, com isso houve um processo onde os seringueiros passaram a morar em pequenas comunidades justamente como uma forma de proteção. Esses conflitos entre indígenas e seringueiros só acabaram na década de 70 por meio de uma mediação do Estado. Na mesma década a extração do látex entrou em declínio e acabou tornando-se menos lucrativa, até o momento em que ficou insustentável devido ao baixo valor de mercado do produto, nas décadas seguintes houve um processo de deslocamento para as cidades por parte da população, muitos foram morar em Altamira ou nos novos municípios que surgiam ao longo da BR-230 ou da BR -163 (Brasil, 2010a).

A população que reside no território da RESEX é majoritariamente de castanheiros e pescadores, distribuídos em vinte e sete localidades às margens do Rio Iriri. Consoante o Plano de Manejo da RESEX do Rio Iriri (Brasil, 2010a), há 285 pessoas, distribuídas em 63 famílias dentro do território. A RESEX apresenta em sua composição uma população relativamente jovem, tendo sua maior parcela entre 5 à 25 anos, a maior concentração populacional encontra-se na localidade de Boa Esperança, nessa comunidade residem cerca de 27 pessoas, distribuídas em 8 famílias, há também localidades às margens do rio que contam com apenas um núcleo familiar (Brasil, 2010a).

A UC tem sofrido com a expansão da fronteira agrícola ao norte da demarcação, com o avanço latifundiário pela BR-230, rodovia Transamazônica, a grilagem na região teve um aumento expressivo após os anos 2000, que culminou na implementação de grandes propriedades agrícolas dentro do território que viria a ser da UC. Dentre as propriedades latifundiárias, a maior delas é a Juvelândia, que tem um histórico de destruição e invasão de terras demarcadas, em 2009 o Ministério Público Federal (MPF) pediu à justiça a desocupação e a devolução do território à União. A fazenda Bacuri na margem sul do rio Iriri foi a propriedade latifundiária mais consolidada entre as populações locais, seu acesso era feito por meio de estradas que atravessam o mosaico desde o município de São Félix do Xingu, a propriedade foi desocupada em 2008 pela

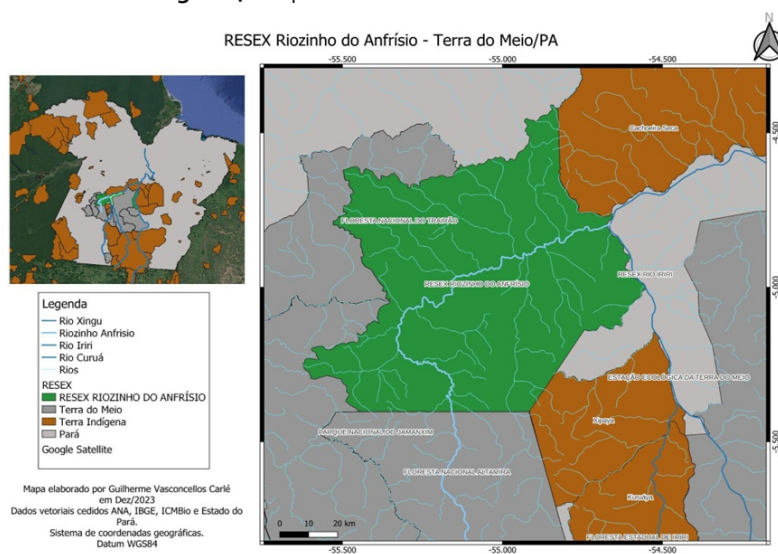
Polícia Federal e o ICMBio. Fazenda Rio Novo, acreditava-se antes que tratava de várias fazendas na margem esquerda do Rio Novo, porém um levantamento constatou que se tratava de apenas uma fazenda, que possuía várias sedes justamente como uma maneira de burlar os órgãos do Estado, após essa constatação por meio de ações do ICMBio a fazenda foi reintegrada e a posse retomada (Brasil, 2010a).

Há forte presença de madeiras e garimpos no mosaico da Terra do Meio, essas atividades necessitam de uma conexão por terra com as cidades vizinhas, nesse contexto o mesmo abrem estradas no interior do mosaico, entre elas a Transiriri, que se estende 200 km a oeste do município de São Félix do Xingu adentrando as UCs da Terra do Meio até as margens do rio Iriri, há também outras rodovias que não possuem nome, assim como não existem oficialmente, há também estradas que a partir da Transamazônica, rumam ao sul por meio de grandes latifúndios e madeiras até o rio Iriri (Brasil, 2010a).

RESERVA EXTRATIVISTA RIO XINGU

A RESEX do rio Xingu distingue-se das demais RESEX da Terra do Meio por estar às margens de um rio maior, e com fluxo de navegação superior ao Iriri e ao riozinho do Anfrísio. Conforme o Plano de Manejo (2008) a reserva extrativista rio Xingu surgiu em 2008, após anos de demanda por demarcação pelas populações locais, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) contratou um estudo coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA), executado conjuntamente com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MMA, 2003). Após esse estudo foi constatada a necessidade da criação de uma

Figura 4: Mapa da RESEX Riozinho do Anfrísio.



Fonte: Carlé (2023)

Reserva Extrativista para atender as necessidades das populações tradicionais locais às margens do rio Xingu. A reserva conta com uma área de 303.841 hectares localizados nas margens do rio Xingu, na área denominada "médio Xingu", limita-se ao norte com a ESEC da Terra do Meio, ao sul com o PARNA Serra do Pardo, a oeste novamente com a ESEC e o PARNA e a leste com as Terras Indígenas (TI) Apyterewa e Araweté do Igarapé Ipixuna (figura 3) (Brasil, 2012).

A região onde se encontra a RESEX do rio Xingu começou a ser habitada por populações não indígenas em 1850, no primeiro ciclo da borracha, essa ocupação, que durou até a década de 1970, era baseada na exploração econômica na extração da borracha. Posteriormente teve o assentamento de novas populações devido ao crescimento do município de Altamira e a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), em um primeiro momento essas populações estiveram em conflito com os indígenas locais devido a sua proximidade com os mesmos, na margem leste do rio Xingu, em frente a RESEX, há duas Terras Indígenas, Araweté e

Apyterewa, Este conflito só foi encerrado com a demarcação das duas TI e da RESEX (Brasil, 2012).

As pressões locais pela criação de um mosaico na Terra do Meio (TdM) iniciaram no final da década de 1980 para preservar o território entre os rios Xingu e Iriri frente a agentes externos cada vez mais presentes na região além de estabelecer limites territoriais entre as populações indígenas e não-indígenas, com isso surge a necessidade da criação de uma unidade de conservação de uso sustentável às margens do rio Xingu, em um primeiro momento foi recomendada a criação de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), porém após reanálise constatou-se que uma Reserva extrativista contemplaria de forma mais eficaz às necessidades da população local (Brasil, 2012).

A população local é fruto da miscigenação dos migrantes nordestinos com os indígenas locais, em sua maioria a população ribeirinha da RESEX do rio Xingu utiliza do extrativismo como forma de subsistência e tem como principal fonte de renda a extração da borracha, da Castanha do Pará e mais atualmente do peixe. A população que habitava a RESEX em sua data de criação em 2008 era de 298 moradores, entre a foz do rio Iriri e o porto da estrada de Canopus, no rio Xingu, distribuídos em 96 núcleos familiares, foram localizados 12 comunidades consoante o Plano de Manejo da RESEX do Rio Xingu; Baliza, Pedra Preta, Monte Alegre, Carreira Comprida, Morro Grande, Forte Veneza, Ilha do Belo Horizonte, Humaitá, Bom Jardim, Morro do Juriti e Morro do Félix, sendo as mais povoadas a Baliza, a Pedra Preta e o Morro Grande (Brasil, 2012).

Devido a sua localização, a RESEX destaca-se ao compará-la com as demais UCs de uso sustentável do mosaico da Terra do Meio, justamente pelo difícil acesso que se dá pelo isolamento do território, rodeado pela floresta e no inter fluxo do rio Iriri e Xingu. O território onde a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Xingu está localizada pertenceu ao estado do Pará até a década de 1970. Com a promulgação do Decreto-lei nº 1.164 de 1971, que federalizou até 100 km de largura de ambas as margens de rodovias federais na região Amazônica, o controle dessa área foi transferido para o INCRA. Dessa forma, a RESEX passou a ser considerada território da União devido à sua proximidade com a rodovia Transamazônica (BR-230) (Brasil, 2012).

Entretanto, até 2008, havia quatro latifúndios localizados no interior do território que viria a se tornar a RESEX. Nesse ano, o Ministério Público Federal (MPF) moveu uma ação na Justiça Federal buscando a retirada imediata dos fazendeiros, argumentando que representavam uma ameaça aos ribeirinhos. Contrariamente ao que previa o Plano de Manejo da RESEX do Rio Xingu, os fazendeiros não foram removidos, e as fazendas foram legalizadas após um acordo estabelecido com os ribeirinhos (Brasil, 2012).

RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO

A RESEX do Riozinho do Anfrísio localiza-se no noroeste do mosaico da Terra do Meio, no município de Altamira, no centro do território da UC está o rio de mesmo nome e seus diversos igarapés (figura 4), o rio deságua no rio Iriri, onde também está a divisa entre as RESEXs do Riozinho do Anfrísio e o do rio Iriri, limita-se com o município de Rurópolis, com a FLONA do Trairão, FLONA de Altamira, PARNA do Jamanxim e as TI Cachoeira Seca e Xipayá. Conforme o Plano de Manejo da RESEX do Riozinho do Anfrísio, são cerca de 736.340 hectares, a foz do Riozinho do Anfrísio localiza-se a aproximadamente 400 km do perímetro urbano de Altamira/PA (Brasil, 2010b).

Assim como as demais RESEXs do mosaico da Terra do Meio, a do Riozinho do Anfrísio foi criada como um mecanismo de proteção do meio de vida das populações que residem na área. A partir da expansão sobre a floresta promovida pelo Estado brasileiro em meados dos anos 70, às populações locais passaram a ser ameaçadas pelo latifúndio instalado às margens da BR 230, com isso começou o processo para tornar a área em uma unidade de conservação, em 1990 foi editado o Decreto nº 98.897 no qual regulamenta a criação e implementação de Reservas Extrativistas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STR), numa parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentaram os principais problemas e as ameaças fundiárias que a região vinha sofrendo aos órgãos de Estado responsáveis, assim como a possibilidade da criação de um reserva extrativista. Em 2003 o Ministério do Meio Ambiente encaminhou os primeiros estudos para a criação do mosaico da Terra do Meio (TdM), no dia

09 de novembro de 2004, por meio do Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial (ANEXO A) foi criada a RESEX Riozinho do Anfrísio, a primeira do mosaico, foi criado no mesmo ano a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (AMORA) com sede na localidade de Morro do Anfrísio (Brasil, 2010b).

Segundo o último levantamento feito durante a criação do documento do plano de manejo, na RESEX do riozinho do Anfrísio havia 279 pessoas, em 26 localidades às margens do rio homônimo e de seus igarapés, A população que reside atualmente no território da RESEX é majoritariamente de castanheiros e pescadores, a maior comunidade na época era a de Morro Verde, que possuía 28 habitantes distribuídos em 6 famílias (ICMBio, 2008).

A área que compreende a RESEX sempre teve intenso trânsito de ribeirinhos, devido aos diversos seringais encontrados às margens do rio principal e seus igarapés, de 1850 a 1970 a ocupação não indígena da região foi principalmente de seringueiros, seringalistas e outros oriundos do nordeste brasileiro, em particular, essa região era muito produtiva o que explica a região ter sido intensamente habitada (Brasil, 2010b).

A partir do declínio da demanda pela borracha nos anos 70 e 80, as comunidades passaram por um esvaziamento, seus moradores passaram a trabalhar nos grandes latifúndios e nos garimpos da região ou migraram para os municípios próximos. Aqueles que continuaram nos antigos seringais passaram a viver da exploração dos recursos da floresta para sobreviver ao mesmo tempo, em que se isolaram dos municípios próximos, mantendo um pequeno comércio com Altamira, principalmente de peixes e castanha-do-pará (Brasil, 2010b).

Havia duas reivindicações na área demarcada para a criação da RESEX, uma área ao norte que teria sido destinada ao INCRA para a criação de dois assentamentos, Paraíso e Campo Verde; e ao sul uma área que teria sido alienada pela empresa CR Almeida em meados do século XX, na criação de RESEX, a área que seria dos assentamentos do INCRA foram remanejadas e a empresa CR Almeida teve sua posse do território invalidada, dando final à reivindicação da empresa (Brasil, 2010b).

A expectativa de grilagem da CR Almeida é, hoje, alvo de processo judicial movido pelo Ministério Público Federal. Na prática, até novembro de 2004, a CR Almeida conflitava com outros grileiros que detinham o controle do território na área onde foi criada a Reserva. A empresa não chegou, nem antes e nem depois da criação da unidade a exercer posse nos limites do território da RESEX Riozinho do Anfrísio. Essa pode, portanto, ser considerada hoje uma questão encaminhada (BRASIL, ano, pg 115).

O território da RESEX está inserido quase que por completo à gleba Leite, onde segundo o Plano de Manejo do Riozinho do Anfrísio encontram-se vinte e seis lotes registrados em nome de pessoas pertencentes ao Grupo Sorriso, do município de Sorriso/MT, esses lotes estão registrados como posse ou proprietários individuais.

O garimpo está presente na região desde a década de 1970, na época tornou-se a principal fonte de renda dos ribeirinhos, o principal garimpo da região era o Fortaleza, Pesquisa, Baleia e do Macacão, entre outros, todos foram desativados devido à escassez das commodities, com exceção do Fortaleza que continua sendo explorado, com alguns intervalos e trocas no comando do garimpo, os mesmos estão, em sua maioria, localizados às margens dos igarapés do Riozinho do Anfrísio, e utilizam como mão de obra as populações tradicionais, indígenas e não-indígenas (Brasil, 2010b).

A presença das madeireiras teve seu início por volta da década de 1990, o principal produto de cobiça dos madeireiros era o Mogno, após um mapeamento feito em conjunto com os ribeirinhos locais, diversos empreendimentos do ramo se instalaram na região, empregando as populações locais e abrindo estradas e pistas de pouso (Brasil, 2010b).

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi destacar os conflitos ambientais que envolvem os povos

tradicionais, buscando compreender os cenários propostos e evidenciar tais discordâncias para a sociedade. Nesse sentido, o trabalho desempenha um papel de denúncia, direcionado tanto a agentes externos à região amazônica quanto à comunidade acadêmica, alertando para os eventos que caracterizam os conflitos presentes nas Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio.

Além de funcionar como um apelo à sociedade em geral, visando sensibilizar sobre os acontecimentos que permeiam os conflitos nessas UCs, o trabalho contribui para o campo da geografia, que cada vez mais adota uma abordagem ambiental. Essa abordagem busca compreender os impactos resultantes da implementação das unidades de conservação nas populações ribeirinhas tradicionais da Terra do Meio, proporcionando assim uma ampliação e disseminação do conhecimento sobre o tema dentro do meio acadêmico geográfico.

O estudo ressalta as diversas fases pelas quais as Unidades de Conservação da Terra do Meio passaram em relação às ações de agentes externos em seus territórios. Com a promulgação do decreto que criou o Mosaico da Terra do Meio e, subsequentemente, de cada unidade de conservação, houve a expulsão de atividades que representavam ameaças aos recursos naturais e às populações tradicionais. No entanto, observa-se nos Planos de Manejo do MMA (2010, 2012) que, apesar desse esvaziamento inicial, parte dessas